

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As notícias consecutivamente vindas a público sobre o encerramento de lares que não reúnem as condições dignas para acolher os idosos ou o encerramento de lares ilegais ou em situação irregular é preocupante.

O Grupo Parlamentar do PSD tem vindo a exigir uma intervenção do Governo que seja capaz de, com eficácia e eficiência, pôr cobro a estas situações e garanta que todos os idosos sejam tratados, acompanhados e cuidados com toda a dignidade.

Por esse facto, o GP-PSD, apresentou em 19 de junho de 2020, o PJR 532/XIV/1ª, que recomenda ao Governo um conjunto de medidas com vista a identificar e solucionar o problema dos lares que se encontrem em situação irregular ou ilegal, projeto este rejeitado pelo PS, BE, PCP e pelo PEV.

Como referimos aquando da discussão, pela sua dimensão e sensibilidade, esta é uma realidade que não podemos ignorar e que o Estado não pode continuar a fingir que não existe até porque a capacidade disponível ao nível das respostas ERPI – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas não seria, à altura, como se disse, suficiente para acolher todas estas situações decorrentes de um encerramento imediato, da totalidade ou de parte, destas unidades.

Alegou o Partido Socialista, aquando desta discussão, e para justificar o voto contra que “já estamos a executar o que o PSD hoje propõe”.

Ora, chegados aqui, tudo se mantém igual, nada ou quase nada foi feito para evitar o que se está a passar no apoio aos idosos, aos mais vulneráveis.

Importa, pois, um cabal esclarecimento da Sra. Ministra do Trabalho e Segurança Social. Não podemos aceitar que se fique apenas pelas palavras, pois na verdade a Senhora Ministra refere que “são implacáveis” com os lares em incumprimento, mas na verdade, não é isso que temos verificado, de um Governo que se mostra mais reativo. Se é verdade que, perante uma denúncia, a reação deve ser imediata, também é verdade que ações de acompanhamento, de fiscalização e envolvimento da sociedade civil são essenciais para prevenir que situações com estas aconteçam.

O grupo parlamentar do PSD preocupa-se com a população mais vulneráveis da nossa

sociedade, nomeadamente no que diz respeito ao Setor Social e Solidário. Aliás, tivemos oportunidade de o referir em diversos fóruns e reafirmamos a necessidade de olhar com maior atenção para esta problemática.

Oportunamente também questionamos a tutela sobre a problemática dos lares, unidades de cuidados continuados e das famílias de acolhimento, contudo, até ao momento sem qualquer resposta.

Torna-se, por isso, urgente que o governo proceda ao levantamento anunciado.

É também urgente que o Governo apresente uma sistematização das ações a desenvolver após o conhecimento destes lares e anuncie, entretanto, a estratégia a desenvolver no terreno.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm endereçar, através de V. Exa, as seguintes questões à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:

- 1. Qual o número de ações de acompanhamento e de fiscalização efetuadas a ERPI nos últimos 7 anos? Das instituições acompanhadas ou fiscalizadas quantas foram encerradas em consequência da visita dos técnicos da segurança social? Quantas se encontram em processo de legalização?**
- 2. Existe verificação do cumprimento da decisão de ordem de fecho por parte da Segurança Social? Como afere a Segurança Social o cumprimento da ordem de fecho? Quantos incumprimentos foram comunicados ao Ministério Público?**
- 3. Conscientes da vulnerabilidade dos idosos e do momento particular que vivemos, importa ainda saber que medidas vão ser tomadas depois de feito o levantamento anunciado pela Segurança Social, em 2020, e muito concretamente onde vão ser acolhidos estes idosos, que estão, até aqui, a residir em estruturas em situação ilegal?**

Palácio de São Bento, 23 de março de 2023

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

NUNO CARVALHO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

HUGO MARAVILHA(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)